

## 8

# O governo de si e o governo dos outros: o papel da razão\*

Saly da Silva Wellausen

O tema da *Aufklärung* aparece em Foucault de uma maneira mais insistente a partir de 1978, quando ele fez uma comunicação à Secretaria Francesa de Filosofia, com o texto *Qu'est-ce que la critique?* Nessa época, o texto de Kant havia sido colocado na perspectiva de uma "atitude crítica" que Foucault data desde o início da Idade Moderna opondo-se às exigências de uma governamentalidade pastoral (dirigir pela verdade a conduta dos indivíduos). Foucault assinala, na questão kantiana, o privilégio de Kant ter posto, pela primeira vez, o problema do "jornalismo filosófico" da atualidade: o que interessa ao filósofo parece ser o destino dessa questão na França, na Alemanha e nos países anglo-saxões. Será em 1983 que Foucault transformará a referência ao texto kantiano em definição de uma ontologia crítica do presente, a partir da qual ele fará seu próprio programa de pesquisa. Colocar a questão das Luzes é encontrar a questão: Como não ser governado? O problema posto era o de uma "não sujeição" no quadro de uma "política da verdade" (a modernidade foi determinada como um período de sujeição).

Em 1983, a questão das Luzes será dessa vez pensada como reinvestimento de uma exigência de dizer a verdade, de uma tomada da palavra corajosa de verdade aparecida nos gregos e dando lugar a uma interrogação diferente: qual governo de si deve-se pôr como fundamento e como limite do governo dos outros? A "modernidade" muda de sentido, ela se torna uma atitude meta-histórica do pensamento. Permanece, ao contrário, tanto em 1978 como em 1983, a oposição entre as duas heranças kantianas possíveis: 1) uma herança transcendental na qual Foucault recusa se inscrever (estabelecer regras de verdades universais a fim de prevenir a ação de uma razão dominadora); 2) uma herança crítica na qual, ao contrário, Foucault

reconhece seu lugar - provocar o presente a partir do diagnóstico do que “somos nós”, para chegar a uma “ontologia crítica do presente”, como ele anunciou em seus estudos da *parresia* (o dizer-verdadeiro, o franco falar). Foucault efetua um retorno ao fundamento ético esquecido da democracia ateniense, em especial, dedicando-se à *parresia* política, seja a palavra dirigida à assembleia dos cidadãos (*parresia* democrática), seja a palavra privada destinada à alma do príncipe (*parresia* autocrática).

Esse trabalho sobre as Luzes pode ser lido como uma maneira de situar sua própria filiação a Kant e compreende três níveis de análises. O primeiro procura reconstituir de maneira arqueológica o momento em que o Ocidente tornou sua razão autônoma e soberana. Nesse sentido, a alusão às Luzes se insere numa referência que a precede (a reforma luterana, a revolução copernicana, a matematização galileica da natureza, o pensamento cartesiano, a física newtoniana etc.) e que ela representa o momento de pleno acabamento; mas essa descrição arqueológica está sempre genealógicamente voltada para um presente em que participamos ainda; “é preciso compreender o que pode ser seu balanço atual e qual relação é preciso estabelecer com este gesto fundador (WEELANSEN, 2010, p. 19-20).

O segundo nível tenta compreender a evolução da posteridade da *Aufklärung* nos diferentes países e a maneira como ela é investida em campos diversos: em particular na Alemanha, numa reflexão histórica e política da sociedade (hegelianos da Escola de Frankfurt e Lukács, Feuerbach, Marx, Nietzsche e Max Weber); na França, através da história das ciências e da problematização da diferença entre saber/crença, conhecimento/religião, científico/pré-científico (Comte e o positivismo, Durkheim, Poincaré, Koyré, Bachelard, Canguillhem). O terceiro nível coloca a questão de nosso presente,

Kant não procura compreender o presente a partir de uma totalidade ou de um acabamento futuro; ele procura uma diferença: qual diferença hoje foi introduzida em relação ao passado? (WEELANSEN, 2010, p. 20).

É a procura dessa diferença que caracteriza não somente “a atitude da modernidade”, mas de um *êthos* que é próprio do homem.

O comentário de Kant é o centro do começo de um debate com Habermas, infelizmente interrompido com a morte de Foucault. As leituras feitas pelos dois filósofos são diametralmente opostas,

porque Habermas procura em realidade definir, a partir da referência kantiana, as condições exigidas para uma comunidade linguística ideal, isto é, a unidade da razão crítica e do projeto social. Em Foucault, o problema da comunidade não é a condição de possibilidade de um novo universalismo, mas a consequência direta da ontologia do presente: para o filósofo, colocar a questão do pertencimento a este presente não será a questão do pertencimento a uma doutrina ou tradição; não será a questão do pertencimento a uma comunidade humana em geral, mas o pertencimento a um “nós”, a um nós que remeta a um conjunto cultural característico de sua própria atualidade (FOUCAULT, 2008).

Na primeira aula do curso de 1983, *Gouvernement de soi et des autres*, Foucault analisa o texto de Kant – *Was ist Aufklärung?* – publicado em setembro de 1784 numa revista berlinense. Nesse artigo, Kant aborda a questão da noção de público – *Publikum* – que significa, primeiro, a relação concreta, institucional entre o escritor (escritor qualificado) e o leitor (qualquer indivíduo); essa análise vai constituir o eixo essencial da *Aufklärung*. A relação entre escritor e leitor no século XVIII não passava pela Universidade, nem pelo livro, mas pelas formas de expressão que eram ao mesmo tempo formas de comunidades intelectuais, constituídas pelas revistas e pelas casas publicadoras. Essa relação entre casas editoriais, escritor e leitor é o que constituía a noção de público. Esta é a primeira razão pela qual Foucault insiste sobre o contexto, o problema de lugar e de data (na segunda aula do curso de 1983, ele retoma a questão do público, desta vez contrapondo-o ao privado).

Um segundo motivo, sobre a data e o lugar, é o fato de Mendelssohn ter respondido nessa revista em setembro de 1784. O que mais importa são as duas respostas simultâneas a uma mesma questão *Was ist Aufklärung?* O encontro entre os dois textos é importante para a história cultural da Europa, entre a *Aufklärung* filosófica (cristã) e a *Aufklärung* judaica. Foucault ressalta a importância dos textos na medida em que ambos colocam a necessidade de uma liberdade absoluta, não só de consciência, mas de expressão em relação a tudo que poderá ser um exercício da religião considerado como um exercício necessariamente privado. Mendelssohn expôs a necessidade de uma liberdade de consciência ilimitada em relação a toda religião de uma maneira profunda e clara, de tal sorte que a Igreja deveria se perguntar como purificar sua religião de tudo o que possa oprimir a consciência ou pesar sobre ela.

Uma terceira razão que faz o texto interessante (fora desse encontro no interior do campo público entre a *Aufklärung* cristã e a *Aufklärung* judaica) é que aparece um novo tipo de questão no campo da reflexão filosófica: a questão da história. Questão do começo, término, finalidade e teleologia atravessam as análises de Kant a propósito da história em vários textos. O texto da *Aufklärung* é diferente, porque Kant não coloca essas questões a não ser discretamente, abordando a questão de uma teleologia imanente ao processo da história.

Uma questão que aparece pela primeira vez nos textos de Kant é a questão do presente, da atualidade: o que se passa agora? O que se passa hoje? O que é esse agora no interior do qual nós somos e que é o lugar, o ponto de onde eu escrevo? Descartes e Leibniz abordaram essa questão, mas nem um e nem outro fizeram a pergunta: o que é precisamente esse presente ao qual eu pertencço? O perguntar pela atualidade é uma questão pública que é posta e que comporta: 1) A determinação de certo elemento do presente que é preciso reconhecer, distinguir, decifrar entre os outros: o que no presente faz sentido atualmente para uma reflexão filosófica? 2) Mostrar em que medida esse elemento é o portador ou a expressão de um processo que concerne ao pensamento, ao conhecimento, à filosofia. 3) Mostrar, no interior dessa reflexão sobre esse elemento do presente (portador ou significativo de um processo), não só na medida em que ele faz parte desse processo, mas perguntar (enquanto instruído ou pensador) que papel ele desempenha nesse processo onde ele se encontra como elemento e ator.

Foucault percebe, no texto de Kant, a questão do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala. Se a filosofia é uma forma prática de discurso que tem sua própria história nesse diálogo entre a questão da *Aufklärung* e a resposta dada por Kant, pode-se ver a filosofia como a superfície de emergência de sua própria atualidade discursiva. Atualidade que ela interroga como acontecimento, que ela vai dizer o sentido, o valor, a singularidade filosófica e na qual ela encontra sua própria razão de ser e o fundamento do que ela diz. Não será a questão de seu pertencimento a uma doutrina ou a uma tradição, ou a uma comunidade humana em geral, é o pertencimento ao conceito de “nós” que vai se , para o filósofo, o objeto de interrogação. A filosofia é questionada como superfície de emergência de uma atualidade, interrogação sobre o

sentido filosófico da atualidade à qual ele pertence, interrogação pelo filósofo do conceito “nós” do qual ele faz parte. Isso caracteriza o discurso da modernidade e sobre a modernidade. No entanto, não é com esse texto que aparece na cultura europeia a questão da modernidade. Ao longo do século XVII e início do XVIII, a questão da modernidade foi posta a partir da polaridade entre a Antiguidade e a modernidade, seja de uma autonomia a aceitar ou a rejeitar, seja de uma valorização comparada. Com Kant, aflora uma nova maneira de pensar a modernidade, com o discurso de sua própria atualidade. Discurso que leva em conta sua atualidade, para aí encontrar seu lugar, dizer o sentido, designar e especificar o modo de ação que ele realiza no interior dessa atualidade, perguntando: qual é minha atualidade? Qual o sentido dessa atualidade? O que faz o fato de eu falar dessa atualidade? Em que consiste essa interrogação nova sobre a modernidade?

Para Foucault é preciso fazer a genealogia não só da questão da modernidade, mas da modernidade como questão. A modernidade se autodenomina *Aufklärung*, como fato cultural singular que tomou consciência de si mesmo em relação ao passado, ao futuro e às operações que devem se efetuar no interior de seu próprio presente. *Aufklärung* é um período que formula seu próprio desvio e diz o que tem a fazer em relação à história geral do pensamento, da razão e do saber.

Uma quarta razão para insistir sobre a *Aufklärung* é que ela não permanece restrita ao século XVIII e no interior do processo da *Aufklärung*. A questão do presente da *Aufklärung* convida Kant a falar de um outro acontecimento – a Revolução Francesa. Em 1798, Kant escreve sobre a Revolução um pequeno texto que faz parte de o *Conflito das Faculdades*, situando as relações conflituosas entre filosofia e direito em torno da questão: existe um progresso constante para o gênero humano? É por um processo inverso daquele que analisa a estrutura teleológica da história, que se poderá responder a essa questão. É preciso isolar no interior da história um acontecimento que terá um valor de signo. Um acontecimento, permitindo decidir se há progresso, será um signo rememorativo (que tenha sido sempre como é), demonstrativo (que se passe atualmente) e prognóstico (que nos mostre que o fato passará e permanecerá como tal). Assim, a causa que torna possível o progresso não age somente num dado momento, mas salta de uma tendência geral do gênero

humano na sua totalidade em busca do sentido do progresso. E esse acontecimento é a Revolução Francesa. O que é significativo é a maneira como ela é acolhida pelos espectadores, que se deixam envolver por ela. O processo revolucionário em si mesmo não é importante. O que é significativo é o entusiasmo pela Revolução; “entusiasmo” como signo de que todos os homens consideram um direito de todos se darem uma constituição política, que lhes convém e querem, e que evite toda guerra ofensiva. Esses dois elementos (constituição política e evitar a guerra) constituem a *Aufklärung*. A Revolução como acontecimento constitui para a história futura a garantia do não-esquecido e da continuidade de um procedimento em direção ao progresso.

Essas duas questões (*Was ist Aufklärung?*/O que é a Revolução?) são duas formas pelas quais Kant formulou o questionamento de sua própria atualidade. A *Aufklärung* como acontecimento singular inaugurando a modernidade europeia e como processo permanente que se manifesta na história da razão – o desenvolvimento e a instauração das formas de racionalidade e de técnica, a autonomia e a autoridade do saber, como problema histórico – atravessou o pensamento filosófico desde Kant até nossos dias. A Revolução, como acontecimento, como ruptura mas, ao mesmo tempo, com um valor operatório na história e no progresso da espécie humana, é também uma grande questão da filosofia.

Há um outro tipo de interrogação, um outro tipo de questão crítica – nascida na questão da *Aufklärung* e da Revolução – assim formulada: O que é a atualidade? Que é o campo atual de nossas experiências? E das experiências possíveis? Não se trata de uma analítica da verdade, mas de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos.

Para Foucault (2008), para trabalhar com o atualmente, é preciso operar com uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por uma filosofia crítica que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, uma ontologia da atualidade. É a essa segunda vertente que se filiaram Hegel, a Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Weber, e com a qual Foucault se identifica. Foucault (2008) inicia a segunda aula de seu curso de 1983, referindo-se às primeiras palavras do artigo de Kant, que define as Luzes como a saída do homem de sua minoridade da

qual é ele mesmo responsável. Minoridade é “a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção do outro” (FOUCAULT, 2008, p. 25). A causa da permanência nesse estado de minoridade não reside num defeito do entendimento, mas na falta de decisão e coragem de se servir de seu entendimento, sem a direção do outro. *Sapere, aude!* Tenhas a coragem de te servires de teu próprio entendimento. É o lema das Luzes. E Kant (1974) define o momento presente como “saída” (*Ausgang*), movimento pelo qual o homem se separa de qualquer coisa, a saída do homem de seu estado de minoridade. A necessidade de uma saída não significa um estado de impotência natural do homem, nem de um estado de infância natural de uma humanidade que não tem ainda os meios de sua autonomia, pois os homens são capazes de se conduzir por eles mesmos.

Essa noção de minoridade implica numa noção jurídica ou político-jurídica, indicando que os homens se encontram privados do exercício legítimo de seus direitos em função de qualquer circunstância, seja pela renúncia de seus direitos, num ato fundador inicial, ou estão privados por algum ato de violência. Se os homens estão nesse estado de minoridade é porque eles se submetem à direção de outros, não são capazes ou não querem se conduzir por eles mesmos e os outros ocupam o lugar do poder e os conduzem. Kant (1974) fala de uma atitude, de um modo de comportamento, de uma vontade geral, que não cria um direito, mas um estado de fato. Kant (1974) dá três exemplos: tomar um livro no lugar do entendimento, um diretor de consciência no lugar da consciência e um médico que dita a dieta são manifestações concretas de um estado de minoridade, de dependência. É a maneira pela qual o indivíduo joga com essas três autoridades, o livro, o diretor de consciência e o médico, não se servindo de seu entendimento, de sua consciência moral e de seu próprio saber técnico, de seu cuidado de si, tudo isso vai determinar seu estado de minoridade. É preciso ler essa análise do que é o estado de minoridade em função das três críticas.

O empreendimento crítico e o processo da *Aufklärung* se complementam. O que é a *Crítica da razão pura* senão o que nos ensina a fazer de nosso entendimento o uso que lhe é legítimo, no interior dos limites de nossa razão? Na medida em que ultrapassamos os limites legítimos da razão, é aí que somos conduzidos a apelar a uma autoridade que vai nos colocar num estado de minoridade, cuja *Aufklärung* deve nos livrar. A *Crítica da razão prática* afirma que

devemos fazer uso de nossa consciência para determinar nossa conduta. É quando procuramos depender nosso dever, não da forma pura do imperativo, mas o que pensamos ser nosso destino ulterior, e é nesse momento que confiamos nossa conduta, não a nós mesmos, mas a um diretor espiritual. Sair da minoridade (*Aufklärung*) e exercer a reflexão crítica são duas operações que estão ligadas, de forma implícita.

O estado de minoridade, segundo Kant (1974), não é devido à pessoa do outro, mas do homem mesmo. O texto da *Aufklärung* diz que os homens são responsáveis pelo seu próprio estado de minoridade, de tal forma que se forem libertados, autoritariamente, eles não saberão se conduzir por si mesmos. A minoridade se define pela relação entre o uso que fazemos de nossa própria razão e a direção dos outros. Estado de minoridade é a relação viciada do governo de si e dos outros.

Essa imposição da direção dos outros ao uso que podemos e devemos fazer de nossa razão é devido à violência de uma autoridade ou ela decorre de certa relação com nós mesmos? Essa relação conosco é caracterizada por dois nomes, emprestados da moral: preguiça (*Faulheit*), e covardia (*Feigheit*) que não nos permitem tomar a decisão, a força e a coragem de estabelecer uma relação de autonomia e nos servirmos de nossa razão e de nossa moral.

Como primeira hipótese, Kant (1974) estabelece que os homens sejam incapazes de sair de seu estado de minoridade, porque têm medo. Não são capazes de tomar a decisão de caminhar por si mesmos porque são preguiçosos e covardes. A segunda hipótese diz: já que os homens não são capazes de sair, por si mesmos, de seu estado de minoridade, existem homens pensantes (escaparam da preguiça e da covardia) que vão exercer a autoridade sobre os demais homens e se tornar seus mestres. Tomando como vocação de cada homem pensar por si mesmo, eles decidem fazer o jogo de libertadores em relação aos outros. Em realidade, esses diretores espirituais ou políticos não são capazes de fazer a humanidade sair da minoridade, porque colocaram os outros sob sua autoridade, de tal maneira que, habituados ao jugo, não suportam a liberdade que lhes é dada. Esses diretores mantêm os homens em seu estado de minoridade, do não uso da própria razão e da consciência moral.

Para alcançar o estado de maioridade, é preciso analisar dois pares: obediência e ausência de raciocínio, o privado e o público. O

primeiro par – obediência e ausência de raciocínio – é admitido nas sociedades que nós conhecemos, e aqueles que governam, acreditando na preguiça e covardia dos governados, reforçam essa relação entre ausência de raciocínio e obediência. Kant (1974, p. 26) dá três exemplos: 1) o oficial que diz a seus soldados: “Não raciocine, obedeça”; 2) o padre que diz aos fiéis: “Não raciocine, creia”; 3) o fiscal que diz: “Não raciocine, pague os impostos”. E não existe um ser no mundo, um mestre no mundo que seja capaz de dizer: “Utilize sua faculdade de raciocinar, mas obedeça”. Será Deus, a própria razão, o rei da Prússia? Certamente nenhum deles. O segundo par que caracteriza o estado de minoridade é o privado e o público. Kant, distinguindo os dois espaços, visa a dois domínios de atividades: o que ele chama de “privado” é o uso de faculdades que são nossas. Qual é o uso privado de nossas faculdades? É quando exercemos uma atividade profissional, quando somos funcionários, elementos de uma sociedade ou de um governo cujos princípios são o bem coletivo. Em todas as formas de atividades, no uso que fazemos de nossas faculdades, quando somos funcionários, quando pertencemos a uma instituição, a um corpo político, nós somos “as peças de uma máquina”, situadas num endereço definido, com um papel a desempenhar junto com outras peças que também vão desempenhar seus papéis. Não é como sujeito universal que funcionamos, mas como indivíduos. E faremos um uso particular e preciso de nossa faculdade no interior de um conjunto que é encarregado de uma função global e coletiva.

O uso “público” de nosso entendimento e de nossas faculdades ocorre quando nos colocamos num elemento universal, quando figuramos como sujeito universal. É evidente que nenhuma atividade política, nenhuma função administrativa, nenhuma prática econômica nos remete a um elemento universal, e não somos sujeitos universais. E quando fazemos uso “público” de nossa razão? Enquanto sujeitos razoáveis que se endereçam ao conjunto de seres razoáveis – na atividade do escritor endereçando-se ao leitor –, é nesse momento que encontramos uma dimensão pública que é universal.

Em que consiste o estado de minoridade? Cada vez que se sobreposição o princípio da obediência (confundido com o não-raciocinar, no uso privado) com o uso público de nosso entendimento. Há minoridade quando obedecer é confundido com não-raciocinar, há

opressão do que deve ser o uso público e universal de nosso entendimento. Nesse estado, obedece-se em todo estado de coisa, seja no uso privado, como no uso público de nossa razão, desde que não se raciocine. No estado de maioridade, há justa articulação entre esses dois pares. Enquanto a obediência separada do raciocinar é objeto do uso privado da razão (enquanto cidadão, funcionário, político, soldado, membro de uma comunidade religiosa etc. nós obedecemos), o uso da razão se fará na dimensão do universal, na abertura a um público em relação ao qual não há qualquer relação de obediência ou de autoridade. Na maioridade, desconecta-se raciocinar e obedecer, fazendo valer a liberdade total e absoluta de raciocínio no uso público da razão. A *Aufklärung* vai dar à liberdade a dimensão da maior publicidade na forma do universal, reservando a obediência para o espaço privado no interior do corpo social.

Foucault encontra, no texto de Kant, a questão do governo de si e dos outros (e é por isso que ele começa seu curso de 1983 pela análise da *Aufklärung*). No estado de minoridade, o homem (por preguiça, covardia e medo) era incapaz de dirigir a si mesmo, não havia governo de si, uma vez que não usava suas faculdades de pensar, permanecendo na dependência do governo dos outros. No estado de maioridade, o homem está em vias de fazer essa saída (*Ausgang*) anunciada pela *Aufklärung* e ser o agente de si mesmo, no sentido de por em prática o uso público de sua razão. Qualquer indivíduo pode realizar essa passagem, essa saída da minoridade para a maioridade, e inverter a questão do governo de si e dos outros. Em realidade, Kant (1974) mostra que não há governo de si, só há governo dos outros sobre si, no estado de minoridade, “a imposição da direção dos outros ao uso que nós podemos e devemos fazer de nosso entendimento”. No estado de maioridade, o homem pode se tornar sujeito de sua própria liberdade e assumir o governo de si, como dimensão ética, descrita nas palavras de Kant: *Sapere, aude!* Tenhas a coragem de te servires de teu próprio entendimento!

Com relação à *Aufklärung*, Foucault (2008) desenvolveu três ideias: a necessidade de precisar a estrutura do “público” referida por Kant (o público esclarecido, das academias, das sociedades instruídas e das revistas); a formulação necessária de uma definição da modernidade (não como período ou projeto, mas como ética do presente); enfim, as relações entre governo de si e dos outros, passando pela análise das relações entre obediência e ausência de raciocínio, privado e público. Segundo Foucault, o discurso

filosófico no Ocidente construiu uma parte de sua identidade nessa questão do governo de si e dos outros, que estava no coração da interrogação kantiana sobre as Luzes.

## NOTAS

- \* Parte do presente artigo foi publicada por mim em *A parrhésia em Michel Foucault: um enunciado político e ético*, através da Editora LiberArs, em 2011, páginas 33 a 41 e aqui é reproduzido com a minha autorização.

## Referências

FOUCAULT, M. **Le gouvernement de soi et des autres**. Cours au Collège de France, 1982-1983. Paris: Seuil: Gallimard, 2008.

KANT, I. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974. (Organização de E. Carneiro Leão).

WEELANSEN, S. da S. Foucault leitor de Kant: “Was ist Aufklärung”. **Kant e-Pints**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 15-30, jul./dez. 2010. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:c2L7UQFPiGkJ:ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Vol-5-2-2010/2\\_Saly\\_form.pdf+ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Vol-5-2-2010/2\\_Saly\\_form.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:c2L7UQFPiGkJ:ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Vol-5-2-2010/2_Saly_form.pdf+ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Vol-5-2-2010/2_Saly_form.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

Recebido em: 19 de maio de 2012.

Aprovado em: 21 de junho de 2012.